
A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO EM 2016 REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

- Presença de mulheres no mercado de trabalho, medida pela taxa de participação, permanece praticamente estável
 - Taxa de desemprego feminina cresce mais do que a masculina
 - Nível de ocupação diminui em todos os setores de atividade, assim como a formalização do trabalho
 - Rendimento médio real por hora diminui, equivalendo a 84,1% o das mulheres em relação ao dos homens
-



Governador do Estado
Geraldo Alckmin

Vice-Governador do Estado
Márcio França

Secretário de Planejamento e Gestão
Marcos Monteiro

SEADE

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Diretor Executivo
Dalmo Nogueira Filho

Diretor-adjunto Administrativo e Financeiro
Silvio Aleixo

**Diretora-adjunta de Análise e
Disseminação de Informações**
Rovena Negreiros

**Diretora-adjunta de Metodologia e
Produção de Dados**
Margareth Izumi Watanabe

Chefe de Gabinete
Sérgio Meirelles Carvalho

Conselho de Curadores
Presidente

Carlos Antonio Luque

Conselheiros

Antonio de Pádua Prado Junior
Carlos Antonio Gamero
Eduardo de Rezende Francisco
Eugenio Troncoso Leone
José Antonio Parimoschi
José Carlos de Souza Santos
Márcia Furquim de Almeida
Vladimir Kuhl Teles

Conselho Fiscal

Mirella Micioni
Mirtes Lika Tukada
Nelson Ferreira Simões

**Diretoria Adjunta de Análise e
Disseminação de Informações – Daadi**

Vagner de Carvalho Bessa
(gerente de Indicadores Econômicos)
Responsável técnico: Alexandre Jorge Loloian
Equipe técnica: Leila Luiza Gonzaga,
Marcia Halben Guerra e César Andaku

**Diretoria Adjunta de Metodologia e
Produção de Dados – Dampd**

Maria Paula Ferreira
(gerente de Metodologia e Estatística)
Equipe técnica: Edna Yukiko Taira, Neuci Arizono e
Susana Maria Farias Pereira

Coordenadoria de Comunicação – Coord
Regina Souza Cintra

Programação visual: Cristiane de Rosa Meira,
Elisabeth Erharder e Tânia Pinatti Rodrigues

Preparação de texto: Icléia Alves Cury, Rita Bonizzi e
Vania Regina Fontanese

Revisão de texto: Maria Aparecida Andrade

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade
Av. Prof. Lineu Prestes, 913 – Cidade Universitária
05508-000 São Paulo SP
Fone (11) 3324.7400
www.seade.gov.br
sicseade@seade.gov.br / ouvidoria@seade.gov.br

MULHER
Trabalho

SEADE

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

DIEESE

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS
Rua Aurora, 957 3º andar – República
01209-001 São Paulo SP Fone (11) 3821.2140
www.dieese.org.br / en@dieese.org.br



SUMÁRIO

Principais resultados	5
Taxa de participação feminina permanece praticamente estável	6
Taxa de desemprego cresce com maior intensidade para as mulheres	6
Nível de ocupação feminina e nível de formalização diminuem	8
Rendimento médio por hora feminino diminui, equivalendo a 84,1% do masculino	12

A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO 2016

PRINCIPAIS RESULTADOS

Pouco mais da metade das mulheres com 10 anos e mais na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP participam do mercado de trabalho, como ocupadas ou desempregadas. Entre 2015 e 2016, a taxa de participação feminina permaneceu praticamente estável (passou de 55,4% para 55,3%).

Pelo terceiro ano consecutivo, a taxa de desemprego aumentou para homens e mulheres, embora com mais intensidade para elas, ao passar de 14,3%, em 2015, para 18,3%, em 2016, a mais alta desde 2007. Entre os homens, a taxa passou de 12,2% para 15,5%, a maior desde 2005.

O aumento do desemprego refletiu a retração do nível de ocupação, uma vez que a força de trabalho feminina pouco se alterou.

A eliminação de postos de trabalho entre mulheres e homens, deveu-se ao desempenho negativo em todos os principais setores de atividade, destacando-se, em termos relativos, os da Indústria e da Construção.

O forte movimento de formalização das relações de trabalho, que vinha ocorrendo nos últimos anos, se reverteu em 2016, pela retração entre assalariados – homens e mulheres – nos setores público e privado, em especial os com carteira assinada e pelo crescimento do número de empregadas domésticas e, em menor medida, de homens que trabalham como autônomos.

O rendimento médio real por hora diminuiu pelo segundo ano consecutivo, passando a equivaler a R\$ 10,42 para as mulheres e a R\$ 12,39 para os homens – reduções de 4,8% e 4,9%, respectivamente – mantendo praticamente inalterada a relação entre os rendimentos das mulheres e dos homens (84,1%).

Destaca-se o segmento de serviços de informação e comunicação, atividades financeiras, de seguros, científicas e técnicas – onde predominam empresas de maior intensidade tecnológica e trabalhadores com nível superior de escolaridade –, único, entre as mulheres, em que houve aumento do rendimento médio real.

MERCADO DE TRABALHO

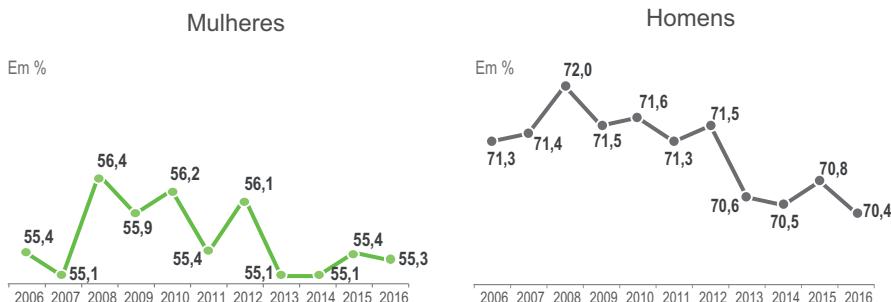
Taxa de participação feminina permanece praticamente estável

A taxa de participação feminina – proporção de mulheres com dez anos ou mais de idade inseridas no mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas – permaneceu praticamente estável entre 2015 e 2016, ao passar de 55,4% para 55,3%. Essa taxa vem mostrando poucas alterações nos últimos anos (Gráfico 1), após crescimento

importante observado principalmente na década de 1990.

O comportamento da taxa de participação das mulheres foi diferenciado segundo atributos pessoais, destacando-se os aumentos, em pontos porcentuais, para as cônjuges, as não negras e as jovens de 16 a 24 anos.

Gráfico 1
Taxas de participação, por sexo
Região Metropolitana de São Paulo – 2006-2016



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese e Ministério do Trabalho/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

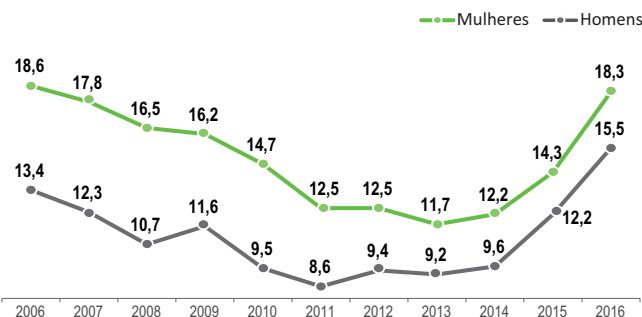
Taxa de desemprego cresce com maior intensidade para as mulheres

As mulheres representam um pouco mais da metade do total de desempregados da Região Metropolitana de São Paulo (51,1%, em 2016). Sua taxa de desemprego aumentou pelo terceiro ano consecutivo, passando de 14,3%, em 2015, para 18,3%, em 2016 (Gráfico 2).

A taxa de desemprego das mulheres é, tradicionalmente, superior à dos

homens, embora tenham experimentado leve aproximação nos últimos anos, movimento interrompido em 2016, quando a diferença entre os dois segmentos ficou em 2,8 pontos porcentuais. Em 2000, essa diferença era de 5,9 p.p. e em 2015, 2,1 p.p., a maior e a menor distância, respectivamente, registradas na série da pesquisa (ver Tabela 6 do Anexo Estatístico).

Gráfico 2
Taxas de desemprego total, por sexo
Região Metropolitana de São Paulo – 2006-2016



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

A taxa de desemprego aberto é, assim como a taxa de desemprego total, maior para as mulheres, enquanto a de desemprego oculto¹ costuma ficar em patamar muito próximo ou abaixo ao dos homens. Em 2016, a taxa de desemprego aberto era de 15,9% entre as mulheres e 12,3% entre os homens, e a de desemprego oculto, 2,4% e 3,2%, respectivamente. Todas apresentaram aumento entre 2015 e 2016, embora o acréscimo da taxa de desemprego aberto tenha sido mais forte para as mulheres e o do desemprego oculto, mais forte para os homens.

No que se refere aos atributos pessoais, a taxa de desemprego total aumentou para todos os grupos analisados, porém de forma mais intensa, em pontos porcentuais, para os negros e os jovens (filhos no domicílio em que residem), tanto entre as mulheres como entre os homens.

A elevação da taxa de desemprego veio acompanhada de um prolongamento do tempo de procura, refletindo a associação entre o maior número de pessoas desempregadas e o menor número de ocupações disponíveis, o que leva ao acirramento na disputa por uma vaga. O tempo médio despendido pelas mulheres desempregadas na procura de trabalho aumentou de 28 para 37 semanas, entre 2015 e 2016, e dos homens desempregados, de 27 para 36 semanas.

De meados dos anos 2000 até 2011, a redução da taxa de desemprego total esteve associada ao aumento do nível de ocupação, possível graças ao cresci-

1. A taxa de desemprego total é composta pelas taxas de desemprego aberto e oculto. A taxa de desemprego aberto retrata a situação em que o indivíduo procurou uma ocupação no período recente e não realizou nenhum trabalho enquanto fazia a procura. A taxa de desemprego oculto se divide nas taxas de desemprego oculto pelo trabalho precário e pelo desalento. A primeira se caracteriza pela procura efetiva no período recente, concomitantemente ao exercício de algum tipo de trabalho irregular enquanto a taxa de desemprego oculto pelo desalento retrata a situação em que houve procura em um período mais amplo e que foi interrompida por desalento, embora a pessoa ainda necessite e esteja disponível para trabalhar.

mento econômico, fato que favoreceu a população em geral e, particularmente, as mulheres. De qualquer modo, a participação feminina no mercado de trabalho também reflete as transformações nas relações familiares, em que o modelo baseado no chefe masculino provedor vem se alterando com a criação de novas dinâmicas nas relações entre os membros da família e o mundo do trabalho. Além

disso, deve-se considerar a capacitação das mulheres para esse mercado, cujo nível de escolaridade, maior que o da média masculina, ainda vem se ampliando. Atualmente, os efeitos da recessão têm atingido de modo geral a população, mas, em especial, aqueles que apresentam, historicamente, uma inserção mais vulnerável no mercado de trabalho: as mulheres, os jovens e os negros.

Nível de ocupação feminina e nível de formalização diminuem

Em 2016, o nível de ocupação diminuiu pelo segundo ano consecutivo, tanto para as mulheres (-3,8%, ou eliminação de 167 mil ocupações), como para os homens (-4,2%, ou menos 217 mil postos de trabalho) (Gráfico 3).

A retração do nível de ocupação em intensidades semelhantes entre mulheres e homens, fez com que a proporção delas no total de ocupados se mantivesse praticamente estável (de 46,0% em 2015, para 46,1% em 2016).

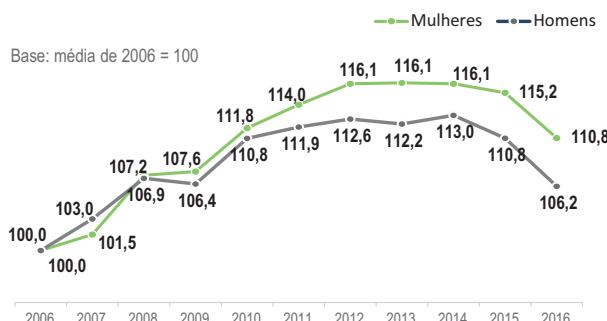
O comportamento do nível de ocupação das mulheres refletiu os decréscimos generalizados entre os setores de atividade analisados: Indústria de Transformação (-11,2%), Construção (-15,0%), Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (-6,0%) e Serviços (-1,9%) (Tabela 1).

No setor de Serviços, que emprega 71,7% do total das mulheres ocupadas (Tabela 2), grande parte dos segmentos analisados tiveram retração, exceto o de Transporte; armazenagem e Correio, que

aumentou 16,0%, e os Serviços domésticos, com elevação de 3,4%. Esse ramo apresentou forte declínio em seu nível ocupacional nas últimas duas décadas, mas ainda é um importante empregador de mão de obra feminina (responsável por 14,1% do total de ocupadas), principalmente em momentos de baixo ou nenhum crescimento econômico.

Sob a ótica do tipo de vínculo estabelecido com o trabalho (Tabela 3), houve redução do nível de ocupação em praticamente todas as posições ocupacionais analisadas, exceto, como visto, para as empregadas domésticas, cujo crescimento de 3,4% deveu-se exclusivamente ao aumento entre as diaristas, uma vez que diminuiu o emprego entre as mensalistas. Nesse período de retração de postos de trabalho, é normal que as famílias busquem conter seus gastos, muitas vezes preferindo que a relação estabelecida com a profissional responsável pelos cuidados da casa seja sem vínculo empregatício e com menor

Gráfico 3
Índices do nível de ocupação, por sexo
Região Metropolitana de São Paulo – 2006-2016



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese e Ministério do Trabalho/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Tabela 1
Variação do nível de ocupação, por sexo, segundo setores de atividade econômica
Região Metropolitana de São Paulo – 2016/2015

Setores de atividade	Mulheres	Homens
Total	-3,8	-4,2
Indústria de Transformação (1)	-11,2	-10,0
Construção (2)	-15,0	-9,5
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (3)	-6,0	-3,7
Serviços (4)	-1,9	-0,9
Transporte, armazenagem e Correio (5)	16,0	0,4
Informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais, científicas e técnicas (6)	-9,7	-11,8
Atividades administrativas e serviços complementares (7)	-2,7	2,8
Administração pública, defesa e segurança social; educação, saúde humana e serviços sociais (8)	-2,1	-0,5
Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (9)	-2,4	7,9
Serviços domésticos (10)	3,4	-
Outros (11)	-5,3	6,5

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese e Ministério do Trabalho/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.
(1) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (2) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar. (3) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (4) Incluem Atividades Imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar). (5) Seção H da CNAE 2.0 domiciliar. (6) Seções J, K, M da CNAE 2.0 domiciliar. (7) Seção N da CNAE 2.0 domiciliar. (8) Seções O, P, Q da CNAE 2.0 domiciliar. (9) Seções I, S, R da CNAE 2.0 domiciliar. (10) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar. (11) Inclui Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura (Seção A); Indústrias Extrativas (Seção B); Eletricidade e Gás (Seção D); Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação (Seção E); Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais (Seção U); Atividades Mal Definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar.

Tabela 2
Distribuição dos ocupados, por sexo, segundo setores de atividade econômica
Região Metropolitana de São Paulo – 2015-2016

Setores de atividade	Em porcentagem			
	Mulheres		Homens	
	2015	2016	2015	2016
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria de Transformação (1)	11,7	10,8	19,6	18,4
Construção (2)	0,9	0,8	12,4	11,7
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (3)	16,5	16,1	18,9	19,0
Serviços (4)	70,3	71,7	47,5	49,1
Transporte, armazenagem e Correio (5)	2,4	2,9	10,6	11,1
Informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais, científicas e técnicas (6)	9,8	9,2	10,1	9,3
Atividades administrativas e serviços complementares (7)	8,4	8,5	8,2	8,8
Administração pública, defesa e segurança social; educação, saúde humana e serviços sociais (8)	21,8	22,2	7,8	8,1
Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (9)	13,9	14,1	9,5	10,7
Serviços domésticos (10)	13,1	14,1	(12)	(12)
Outros (11)	0,6	0,6	1,6	1,8

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão, Convênio Seade–Dieese e Ministério do Trabalho/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.
(1) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (2) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar. (3) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (4) Incluem Atividades Imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar). (5) Seção H da CNAE 2.0 domiciliar. (6) Seções J, K, M da CNAE 2.0 domiciliar. (7) Seção N da CNAE 2.0 domiciliar. (8) Seções O, P, Q da CNAE 2.0 domiciliar. (9) Seções I, S, R da CNAE 2.0 domiciliar. (10) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar. (11) Inclui Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura (Seção A); Indústrias Extrativas (Seção B); Eletricidade e Gás (Seção D); Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação (Seção E); Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais (Seção U); Atividades Mal Definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar. (12) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

frequência. A trabalhadora doméstica, que em tempos de crescimento econômico pode tentar, por exemplo, uma ocupação em empresas, na falta desse tipo de oferta, acaba por permanecer ou voltar aos serviços domésticos.

É importante destacar os decréscimos nas ocupações mais protegidas pela legislação trabalhista, de 5,1% para as assalariadas com carteira de trabalho assinada no setor privado e de 4,7% para as assalariadas no setor público. As trabalhadoras autônomas

apresentaram redução ligeiramente maior (-5,3%).

Como consequência desse desempenho, a proporção de assalariadas no setor privado com carteira de trabalho assinada diminuiu no total de ocupadas (de 51,7%, em 2015, para 51,0%, em 2016), enquanto aumentou o de empregadas domésticas (de 13,1% para 14,1%) (Tabela 4), revertendo o forte movimento de formalização das ocupações que vinha ocorrendo nos anos anteriores (ver Tabela 20 do Anexo Estatístico).

Tabela 3
Variação do nível de ocupação, por sexo, segundo posição na ocupação
Região Metropolitana de São Paulo – 2016/2015

Posição na ocupação	Em porcentagem	
	Mulheres	Homens
Total	-3,8	-4,2
Total de assalariados (1)	-4,9	-5,1
Setor privado	-4,9	-4,9
Com carteira assinada	-5,1	-5,0
Sem carteira assinada	-3,8	-4,1
Setor público (2)	-4,7	-5,9
Autônomos	-5,3	0,4
Empregados domésticos	3,4	-
Mensalistas	-2,6	-
Diaristas	13,0	-
Demais posições (3)	-3,7	-6,6

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade–Dieese e Ministério do Trabalho/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Exclui os empregados domésticos e incluem aqueles que não informaram o segmento em que trabalham. (2) Inclui os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.). (3) Incluem empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração e outras posições ocupacionais.

Tabela 4
Distribuição dos ocupados, por sexo, segundo posição na ocupação
Região Metropolitana de São Paulo – 2015-2016

Posição na ocupação	Em porcentagem			
	Mulheres		Homens	
	2015	2016	2015	2016
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Total de assalariados (1)	68,9	68,1	72,6	71,9
Setor privado	58,3	57,6	66,6	66,1
Com carteira assinada	51,7	51,0	57,7	57,2
Sem carteira assinada	6,6	6,6	8,9	8,9
Setor público (2)	10,6	10,5	5,9	5,8
Autônomos	12,3	12,1	18,8	19,7
Empregados domésticos	13,1	14,1	(4)	(4)
Mensalistas	7,9	8,0	(4)	(4)
Diaristas	5,2	6,1	(4)	(4)
Demais posições (3)	5,7	5,7	8,2	8,0

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade–Dieese e Ministério do Trabalho/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Exclui os empregados domésticos e incluem aqueles que não informaram o segmento em que trabalham. (2) Inclui os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.). (3) Incluem empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração e outras posições ocupacionais.

(4) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Rendimento médio por hora feminino diminui, equivalendo a 84,1% do masculino

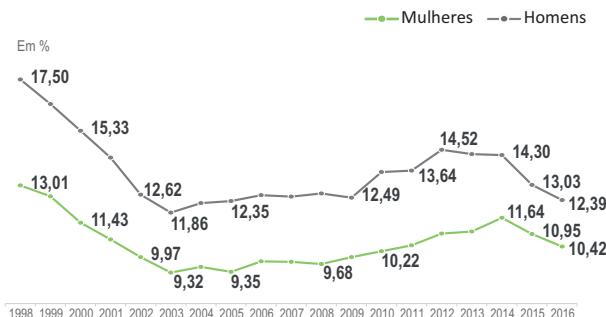
Em 2016, o rendimento médio real² das mulheres ocupadas na Região Metropolitana de São Paulo equivalia a R\$ 1.695, enquanto o dos homens, a R\$ 2.281. Entretanto, como a jornada média semanal de trabalho dos homens (43 horas) é maior do que a das mulheres (38 horas), o rendimento médio real por hora mostra-se mais apropriado para comparar os dois segmentos.

O rendimento médio real por hora diminuiu pelo segundo ano consecutivo, passando a corresponder, em 2016, a R\$ 10,42 para as mulheres e a R\$ 12,39 para os homens (Gráfico 4). Como as reduções foram semelhantes entre os dois

segmentos (-4,8% e -4,9%, respectivamente), a relação entre eles manteve-se praticamente inalterada, uma vez que as mulheres recebiam 84,0% do valor por hora auferido pelos homens, em 2015, e passaram a receber 84,1%, em 2016. Ainda assim, foram as maiores proporções já observadas na série da pesquisa (Gráfico 5).

A retração do rendimento médio por hora das mulheres refletiu o decréscimo desse indicador nos principais setores de atividade analisados (Tabela 5): -7,0% no Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas; -6,1% na Indústria; e -4,5% nos Serviços. O maior

Gráfico 4
Rendimento médio real por hora (1) dos ocupados (2) no trabalho principal, por sexo
Região Metropolitana de São Paulo – 1998-2016

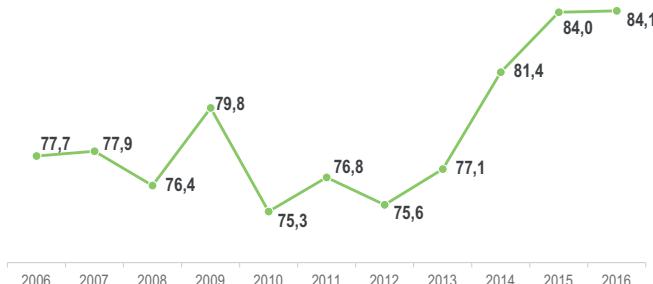


Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão, Convênio Seade-Dieese e Ministério do Trabalho/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.
(1) Inflator utilizado: ICV-Dieese. Em reais de novembro de 2016. (2) Exclusivo os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício. Exclusivo os que não trabalharam na semana.

2. Os dados de rendimentos de 2016 referem-se ao período de dezembro de 2015 a novembro de 2016.

Gráfico 5
Relação entre o rendimento médio real por hora de mulheres e homens ocupados (1)
Região Metropolitana de São Paulo – 2006-2016

Em %



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese e Ministério do Trabalho/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.
(1) Inflator utilizado: ICV-Dieese/SP.

rendimento pago por hora continua sendo, em 2016, o dos Serviços (R\$ 11,10), seguido da Indústria (R\$ 9,64) e do Comércio (R\$ 7,59).

No setor de Serviços, em que a proporção de mulheres com curso superior é de 58,4% do total de ocupados, e a de homens 41,6%, destaca-se que o ramo de Informação e comunicação, atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, atividades profissionais científicas e técnicas foi o único a apresentar aumento dos rendimentos reais para as mulheres (3,7%). Nesse segmento de atividade, que melhor remunera os trabalhadores, predominam empresas de maior intensidade tecnológica e trabalhadores com nível superior de escolaridade. O diferencial de rendimentos entre homens e mulheres nesse segmento deve ser buscada na maior presença de homens em cargos de chefia.

O ritmo distinto, entre mulheres e homens, na evolução dos rendimentos médios por hora nos setores de atividade, fez com que a diferença entre os dois piorasse na Indústria e no Comércio e melhorasse nos Serviços. Assim, o rendimento médio pago por hora às mulheres na Indústria, que correspondia a 73,1% do masculino, em 2015, passou a equivaler a 70,6%, em 2016; no Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas, essa proporção passou de 84,4% para 77,9%; e nos Serviços, de 78,4% para 81,6%.

A redução da diferença nos Serviços, no período analisado, deveu-se, principalmente, à aproximação dos rendimentos por hora nas atividades de Informação e comunicação, atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, atividades profissionais, científicas e técnicas (de 71,4% para 77,3%), nas Atividades

Tabela 5
Rendimento médio real por hora dos ocupados (1) no trabalho principal e variação, por sexo,
segundo setores de atividade econômica
Região Metropolitana de São Paulo – 2015-2016

Setores de atividade	Rendimento médio real por hora (2)				Variação 2016/2015 (%)	
	Mulheres		Homens		Mulheres	Homens
	2015	2016	2015	2016		
TOTAL DE OCUPADOS (3)	10,95	10,42	13,03	12,39	-4,8	-4,9
Indústria de Transformação (4)	10,27	9,64	14,05	13,65	-6,1	-2,8
Construção (5)	(14)	(14)	11,62	11,02	0,0	-5,2
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (6)	8,16	7,59	9,67	9,74	-7,0	0,7
Serviços (7)	11,62	11,10	14,82	13,61	-4,5	-8,2
Transporte, armazenagem e Correio (8)	(14)	(14)	11,89	10,69	-	-10,1
Informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais, científicas e técnicas (9)	17,61	18,27	24,65	23,63	3,7	-4,1
Atividades administrativas e serviços complementares (10)	7,97	7,97	9,53	8,97	0,0	-5,9
Administração pública, defesa e segurança social; educação, saúde humana e serviços sociais (11)	15,15	14,61	20,94	19,65	-3,6	-6,2
Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura esporte e recreação (12)	8,19	7,59	9,75	9,30	-7,3	-4,6
Serviços domésticos (13)	8,56	8,04	(14)	(14)	-6,1	-

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade–Dieese e Ministério do Trabalho/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Exclusivo os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício. Exclusivo os que não trabalharam na semana. (2) Inflator utilizado: ICV-Dieese. Em reais de novembro de 2016. (3) Incluem agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar. (4) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (5) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar. (6) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (7) Incluem atividades imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar). (8) Seção H da CNAE 2.0 domiciliar. (9) Seções J, K, M da CNAE 2.0 domiciliar. (10) Seção N da CNAE 2.0 domiciliar. (11) Seções O, P, Q da CNAE 2.0 domiciliar. (12) Seções I, S, R da CNAE 2.0 domiciliar. (13) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar. (14) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010. Vide nota técnica nº 12.

administrativas e serviços complementares (de 83,6% para 88,9%) e na Administração pública, defesa e segurança social, educação, saúde humana e serviços sociais (de 72,3% para 74,4%).

Por posição na ocupação, a retração do rendimento médio real por hora das

mulheres refletiu a diminuição do valor recebido entre as assalariadas do setor privado sem carteira de trabalho assinada (-9,9%), assalariadas do setor público (-6,1%), autônomas (-6,7%) e empregadas domésticas (-6,1%) (Tabela 6). O rendimento por hora das assalariadas do

setor privado com carteira assinada apresentou pequena variação positiva (0,6%).

O rendimento por hora das mulheres em relação ao dos homens melhorou no setor público, ao passar de 84,8% para 88,1%, entre 2015 e 2016, bem como o das assalariadas com carteira de trabalho

assinada no setor privado, que passou de 82,4% para 85,1%. Já a remuneração das autônomas, que correspondia a 70,2% da recebida pelos homens, em 2015, passou a 69,0%, em 2016, e a das assalariadas sem carteira no setor privado, de 85,9% para 84,6%.

Tabela 6
Rendimento médio real por hora dos ocupados (1) no trabalho principal e variação, por sexo,
segundo posição na ocupação
Região Metropolitana de São Paulo – 2015-2016

Posição na ocupação	Rendimento médio real por hora (2)				Variação 2016/2015 (%)	
	Mulheres		Homens		Mulheres	Homens
	2015	2016	2015	2016		
TOTAL	10,95	10,42	13,03	12,39	-4,8	-4,9
Total de assalariados (3)	11,15	10,97	12,89	12,35	-1,6	-4,2
Setor privado	10,07	9,79	11,90	11,51	-2,8	-3,3
Com carteira assinada	10,10	10,16	12,25	11,94	0,6	-2,5
Sem carteira assinada	8,56	7,71	9,97	9,11	-9,9	-8,6
Setor público	19,39	18,20	22,86	20,67	-6,1	-9,6
Autônomos	8,02	7,48	11,42	10,84	-6,7	5,1
Trabalham para o público	7,00	6,28	10,33	9,90	-10,3	-4,2
Trabalham para empresa	9,84	9,83	13,45	12,74	-0,1	-5,3
Empregadores	(5)	(5)	26,47	25,66	-	-3,1
Empregados domésticos	8,56	8,04	(5)	(5)	-6,1	-
Mensalistas	7,72	7,18	(5)	(5)	-7,0	-
Diaristas	10,68	10,26	(5)	(5)	-3,9	-
Demais posições (4)	(5)	(5)	18,68	15,97	-	-14,5

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese e Ministério do Trabalho/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Excluem os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício. Exclusive os que não trabalharam na semana. (2) Inflator utilizado: ICV-Dieese. Em reais de novembro de 2016. (3) Incluem aqueles que não informaram o segmento em que trabalham. (4) Incluem empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração e outras posições ocupacionais. (5) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

MULHER Trabalho

Boletim 1

Mercado de Trabalho Feminino no Estado de São Paulo 1994/1998

Boletim 2

Mercado de Trabalho da Mulher no Interior Paulista 1994-1998

Boletim 3

A Busca da Equidade Social

Boletim 4

Inserção das Mulheres Negras no Mercado de Trabalho da Região Metropolitana de São Paulo

Boletim 5

O Desemprego Feminino na Região Metropolitana de São Paulo

Boletim 6

O Trabalho das Mulheres Residentes Rurais do Estado de São Paulo

Boletim 7

O Mercado de Trabalho Feminino na Região Metropolitana de São Paulo

Boletim 8

Ocupação Feminina e Flexibilização das Relações de Trabalho na Região Metropolitana de São Paulo

Boletim 9

O Emprego Feminino no Estado de São Paulo

Boletim 10

Arranjo Familiar e Inserção Feminina no Mercado de Trabalho da RMSP na Década de 90

Boletim 11

O Mercado de Trabalho Feminino na Região Metropolitana de São Paulo em 2002

Boletim 12

O Mercado de Trabalho Feminino na Região Metropolitana de São Paulo em 2003

Boletim 13

Inserção da Mulher no Mercado Formal de Trabalho no Estado de São Paulo, entre 2000 e 2002: uma abordagem regional

Boletim 14

O Mercado de Trabalho Feminino na Região Metropolitana de São Paulo em 2004

Boletim 15

Aposentadas e Mulheres de 40 Anos e Mais no Estado de São Paulo – 1992-2003

**Boletim 16**

O Mercado de Trabalho Feminino na Região Metropolitana de São Paulo em 2005

Boletim 17

O Mercado de Trabalho Feminino na Região Metropolitana de São Paulo em 2006

Boletim 18

O Mercado de Trabalho Feminino na Região Metropolitana de São Paulo em 2007

Boletim 19

A Mulher no Mercado de Trabalho em 2008 na Região Metropolitana de São Paulo

Boletim 20

O Trabalho Doméstico na Região Metropolitana de São Paulo

Boletim 21

Trabalho e Desigualdades de Gênero na Região Metropolitana de São Paulo

Boletim 22

Inserção das Mulheres com Escolaridade Superior no Mercado de Trabalho

Boletim 23

A Mulher no Mercado de Trabalho em 2011 na Região Metropolitana de São Paulo

Boletim 24

O Trabalho das mulheres – mudanças e permanências – Região Metropolitana de São Paulo

Boletim 25

A presença feminina no mercado de trabalho em 2013 – Região Metropolitana de São Paulo

Boletim 26

A presença feminina no mercado de trabalho em 2014 – Região Metropolitana de São Paulo

Boletim 27

A presença feminina no mercado de trabalho em 2015 – Região Metropolitana de São Paulo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Planejamento e Gestão

SEADE

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Av. Prof. Lineu Prestes, 913 Cidade Universitária
05508-000 São Paulo SP Fone (11) 3324.7200
www.seade.gov.br / sicseade@seade.gov.br / ouvidoria@seade.gov.br

DIEESE

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Rua Aurora, 957 3º andar República
01209-001 São Paulo SP Fone (11) 3821.2140
www.dieese.org.br / en@dieese.org.br

Apoio: Ministério do Trabalho. Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho – Sert.